



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Política Social e Serviço Social.

Sub-Eixo: Ênfase em Concepção.

POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL: O PERMANENTE AVANÇO NEOLIBERAL

Victor Martins Lopes de Araujo¹

Resumo: Este Trabalho tem como objetivo central analisar as características da Política Social a partir dos anos 2000. O período em questão se refere ao chamado ciclo progressista na América Latina, ao mesmo tempo que marca avanços significativos do neoliberalismo no continente. Ao final se faz alguns apontamentos dos retrocessos que marcam as mudanças no cenário político brasileiro após o impeachment de Dilma Rousseff. Posto isto, o artigo analisa a política social brasileira realizando um balanço crítico as transformações ocorridas no período.

Palavra-chave: Política Social; América Latina; Transferência de Renda.

Abstract: The main objective of this paper is to analyze the characteristics of Social Policy from the 2000s onward. The period refers to the so-called progressive cycle in Latin America, marking significant advances of neoliberalism in the continent. At the end, there are some notes of the setbacks that mark the changes in the Brazilian political scene after Dilma Rousseff's impeachment. Thus, the article analyzes the Brazilian social policy making a critical review of the changes that occurred in the period.

Keyword: Social Policy; Latin America; Transfer of Income.

INTRODUÇÃO

A América Latina foi o laboratório das experiências neoliberais, posto em prática a plena força, aqui se estendendo e assumindo suas formas mais radicais. A história mostra que, não por acaso, depois de um início eufórico, os governos que mais diretamente aderiram ao modelo neoliberal foram derrotados nas urnas e as forças que os substituíram encontraram nas políticas sociais sua força propulsora. O período em análise (anos 2000) caracterizou-se pela perda de legitimidade dos governos neoliberais, mas, ao mesmo tempo, por dificuldades de construção de projetos alternativos, pela fragmentação social ou pelo consenso conservador (SADER, 2009).

A atual caracterização do Estado latino-americano é expressão fundamental da dependência, a partir da sua histórica constituição como determinante central ainda vigente. Assim, a sorte destinada ao excedente apropriado pelo Estado cumprirá três destinos: financiar o processo de acumulação a partir de frentes diversas, tais como investimento em estrutura, subvenções financeiras ao capital internacional, isenção ou redução de impostos, manipulação de preços, etc; pagar a dívida externa e seus juros, bem como os empréstimos realizados, dividendos diversos e amortizações, enviando assim parte considerável do excedente diretamente aos países centrais; e,

¹ Professor com formação em Serviço Social, Universidade do Estado de Minas Gerais. E-mail: victormartins_jf@hotmail.com.

finalmente, sustentar o financiamento de precários mecanismos de proteção social, a segurança pública e demais investimentos na reprodução social internamente. (PAIVA et all, 2010)

Mota (2014) afirma que os mesmos personagens que impuseram os ajustes nos anos 1980 e 90 do século XX na América Latina, diante do agravamento da pobreza e da força dos movimentos sociais que destituíram mais de uma dúzia de presidentes neoliberais, iniciam uma revisão das suas propostas pós-consenso de Washington, alterando as diretrizes sobre os ajustes estruturais e instituindo o financiamento de programas de alívio à pobreza nos países periféricos (MOTA 2014, p.5).

A partir da década de 1990, o movimento das esquerdas latino-americanas orienta-se no sentido da resistência ao neoliberalismo, culminando com eleições parlamentares que levaram ao poder governos de esquerda e centro-esquerda em países da região, a exemplo de Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia, Equador e Venezuela. Nos anos 2000, esses setores progressistas chegam ao poder com discursos anti-imperialistas. (MOTA, 2014, p.5)

A ascensão deste movimento se faz através de um discurso de crescimento como meio de encaminhar soluções para os problemas advindos da desigualdade, discurso que já está presente na historiografia da região e que vem sendo utilizado sistematicamente por governos de tradição ideológica conservadora, bem como de concepção progressista (Silva e Silva et all, 2014).

DESENVOLVIMENTO

A perspectiva adotada por estes governos tem sido associada, especialmente no caso brasileiro, ao novo-desenvolvimentismo ou “neodesenvolvimentismo”, que orientou a economia dos países subdesenvolvidos, no período de 1940 até a década de 1970 do século passado. A concepção político-econômica sustentada por esse pensamento, afirma que o consenso neoliberal e seus preceitos privatizantes não conseguiram resolver questões centrais dos países periféricos, especialmente a questão da desigualdade social, o que traz ao centro das ações governamentais o papel de políticas de distribuição de recursos, a fim de enfrentar a desigualdade social (MOTA 2014).

A partir da década de 1990, o movimento das esquerdas latino-americanas orienta-se no sentido da resistência ao neoliberalismo, culminando com eleições parlamentares que levaram ao poder governos de esquerda e centro-esquerda em países da região, a exemplo de Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia, Equador e Venezuela. Nos anos 2000, esses *setores progressistas* chegam ao poder com discursos anti-imperialistas e em defesa do desenvolvimento nacional e da autonomia dos estados nacionais, após décadas de injunção dos organismos financeiros internacionais em favor das políticas de ajuste estrutural. (MOTA, 2014, p.5)

Os governos de centro-esquerda latino-americanos que abraçaram o novo-desenvolvimentismo possuíam na diretriz de seus programas uma promessa de crescimento econômico com desenvolvimento social. Duas ideias centrais sintetizam seus pressupostos, a de que o enfrentamento ao neoliberalismo se faz com crescimento econômico mediado pela intervenção do Estado; e a de que o crescimento econômico leva inexoravelmente ao desenvolvimento social (MOTA, 2014).

É relevante lembrar que as medidas neoliberais que se impõem sobre as políticas sociais é uma característica que perpassa todo o continente Latino Americano. Obviamente, cada país tem sua especificidade, a depender das configurações históricas da formação social, da tensão provocada pela luta de classes, ambiente político, etc.

Amparado por organismos internacionais, após o fracasso das medidas neoliberais dos anos 1980 e 1990, o desenvolvimento social em curso na região pressupunha a manutenção das reformas de cunho neoliberal com expansão das políticas de assistência social e de rendas mínimas ou de inserção, voltadas para a redução dos níveis extremos de pobreza (MOTA, 2014). As orientações em questão têm como base o pensamento do economista indiano Amartya Sen, então membro do Banco Mundial, cujas ideias conformam base para a teoria do “desenvolvimento como liberdade”, e que vem sendo propagadas por organismos econômicos multilaterais como PNUD e o Banco Mundial. (MAURIEL, 2013, p. 183)

Na concepção de Amartya Sen, a noção de pobreza é um desdobramento da desigualdade, que tem duas dimensões: a desigualdade econômica (de bens, de renda, de condições materiais efetivas), que remete a um problema de estrutura e a desigualdade de capacidades (de potencialidades ligadas às características das pessoas), o que ela poderia realizar, vulgarmente expresso na ideia de “não dar o peixe e sim ensinar a pescar”. Sendo assim, para Sen, precisamos focar o combate na desigualdade de capacidades, igualando as capacidades de funcionar e as vantagens individuais e não a renda. (MAURIEL, 2013, p.183).

A dissociação entre pobreza de renda e pobreza de capacidade permite o autor focalizar o processo de desenvolvimento no indivíduo e não nas condições estruturais, pois primeiro deve-se obter liberdade (capacidades) para depois conseguir auferir renda no mercado. Embora diferentes, pobreza de renda e de capacidades são conexas, pois devemos aumentar capacidades que conduzem a um maior poder de auferir renda, e não “dar” renda para aumentar as capacidades. (MAURIEL, 2013, p. 183)

Para o estudioso indiano só a economia de mercado pode oferecer ao mesmo tempo crescimento econômico, melhoria no padrão de vida das pessoas e liberdade de ação e pensamento. Para Sen, a liberdade de mercado é um avanço em si, independentemente de

seu resultado, mas essa liberdade ampliada deve recorrer a uma ação pública que garanta as oportunidades básicas para desenvolver a capacidade de liberdade dos cidadãos (MARANHÃO, 2012).

Como o objetivo de articular mercado e equidade, o economista indiano utiliza-se da concepção ampliada de pobreza, elaborada pelo PNUD, para defender uma nova forma de análise do desenvolvimento humano social, não baseada unicamente na renda dos indivíduos ou no acesso aos bens materiais, mas sim no que chama de capacidades humanas básicas. [...] O foco da concepção de desenvolvimento de Sen não está na desigualdade de renda, e muito menos na de propriedade (já que o mercado é condição natural de liberdade), mas sim na desigualdade de liberdade para acessar os benefícios do mercado. (MARANHÃO, 2012, p. 93)

Em cima de sua “visão ampla” de desenvolvimento humano, o combate à redução da pobreza não pode ser, por si só, a motivação suprema das políticas de desenvolvimento econômico e social. Em sua ótica, para se conseguir um combate eficaz contra a pobreza e a desigualdade, o que se deve combater é a privação dos indivíduos do acesso às liberdades que podem desfrutar no mercado (MARANHÃO, 2012, p. 94). É necessário, dessa forma, o desenvolvimento dos agentes individuais, com foco na capacidade de as pessoas desenvolverem suas habilidades para se inserir no mercado. É preciso permitir ao indivíduo que ele mesmo consiga sua própria renda, combatendo as deficiências de capacidade e não simplesmente distribuindo renda. Com estes e outros argumentos, Sen condena serviços públicos universais defendendo uma intervenção das políticas sociais focalizadas nas pessoas que realmente precisam de oportunidades. Nas palavras do próprio:

Até mesmo para a assistência médica e serviços de saúde gratuitos, ou para educação gratuita, podem ser levantadas questões com respeito a (1) o grau em que os beneficiários necessitam desses serviços e (2) o quanto a própria pessoa poderia ter pago por esses serviços (e talvez pagasse na ausência da provisão pública). (SEN, apud MARANHÃO, 2012, p.97)

As ideias de Amartya Sen têm influenciado formulações de políticas e programas em países do “terceiro mundo”. Podemos perceber inclusive sua influência na política de assistência brasileira. Este tipo de formulação é favorável ao *hiperdimensionamento* do pensamento de não-intervenção ou de intervenção mínima do Estado nas estruturas econômicas e sociais, ideias típicas da doutrina liberal.

Souza Filho (2014) em artigo que se propõe a desmistificar a perspectiva “neodesenvolvimentista”, argumenta que o autodenominado “neodesenvolvimentismo” implementado pelos governos do Partido dos Trabalhadores, não passa de um modelo neoliberal com ajustes, mantendo, portanto, a dinâmica estrutural da dependência, caracterizada pela superexploração da força de trabalho, como tratado pelo campo da teoria

marxista da dependência. Análise que, nos parece, pode ser estendida a conjuntura dos governos da esquerda e centro esquerda latino-americana.

A partir dos anos 1990 os PTRC incorporados aos Sistemas de Proteção Social da grande maioria dos países da América Latina e Caribe, assume o lugar de estratégia privilegiada de enfrentamento à pobreza e às desigualdades sociais, resultando de um conjunto de transformações experimentadas pelo sistema capitalista em âmbito mundial e em especial no continente (Silva e Silva, et all, 2015).

O rebatimento de tais mudanças na política social é a substituição, ou pelo menos a secundarização, das políticas de cunho universalista em favor das políticas de caráter residual, focalizadas em populações e regiões mais vulneráveis, manifesta sobretudo a partir do conjunto de reformas estruturais inspiradas no Consenso de Washington. Foi, portanto, em um contexto de recrudescimento e de persistência da pobreza e das desigualdades e de mudança do padrão da regulação econômica e social que emergiram os PTRC, os quais forma incluídos na agenda dos governos eleitos entre as décadas de 1990 e 2000, muitos de tendência progressista (Silva e Silva, et all, 2015).

Os PTRC se multiplicaram em todo o continente, Bono Desarrollo Humano – Equador, 1998; Programa Familias em Acción – Colômbia, 2000; Chile Solidário – Chile, 2002; Bolsa Família – Brasil, 2003; Programa Abrazo, Programa Tekoporã e Programa Nopytyvô – Paraguai, 2005; Programa Nuevo Régimen de Asignaciones Familiares – Uruguai, 2008; Programa Bono Madre – Bolívia, 2009; Programa Asignación Universal por Hijo para Protección Social – Argentina, 2009 (SILVA e SILVA, et all, 2015).

A multiplicação dos programas de transferência de renda no Brasil remete ao governo Fernando Henrique Cardoso que inaugura a “era das bolsas” (Boschetti, 2003, P.92) como Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Vale-Gás, etc., estabelecendo uma renda mínima como critério para eleger as categorias vulneráveis da população. Todavia, recentes estudos sobre o período Lula permitem concluir que as condições políticas no âmbito da gestão administrativa federal durante os dois mandatos do ex-presidente seguem os rumos de uma reforma continuísta das propostas gerencialistas, de cunho neoliberal, mercadológicas e privatistas, iniciados no governo FHC.

O casamento entre políticas econômicas ortodoxas e políticas sociais focalizadas de combate à pobreza foi acompanhado pela redução relativa das já limitadas políticas universais. A Desvinculação de Receitas da União, que garante os elevados superávits fiscais primários, é o instrumento fundamental que assegura essa redução.

Desse modo, liberam-se recursos financeiros para serem direcionados para o pagamento da dívida pública, com a criação de elevados superávits fiscais primários. Esses superávits, obtidos sistematicamente durante o segundo governo Cardoso e durante os governos PT, foram acompanhados de uma elevação da carga tributária. Em suma, há uma brutal transferência de renda do conjunto da sociedade para o capital financeiro e os rentistas, em particular dos rendimentos do

trabalho para o capital financeiro e dos rendimentos do “capital estritamente produtivo” (pequenos e médios) para os grandes grupos econômicos financeirizados. (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007, p. 161)

Nesse contexto, afirmam ainda os autores que a construção de um ajuste fiscal permanente, colocado em prática a partir do segundo governo Cardoso e mantido durante o governo Lula, a política social transformou-se em sinônimo de política social focalizada, voltada para os mais pobres e miseráveis, com a criação de inúmeros programas de complementação de renda. (Filgueiras e Gonçalves, 2007, p.160).

A política social, portanto, seguiu a lógica dos programas de transferência de renda (Bolsa-escola, Bolsa-Alimentação, Vale-Gás, etc). O que o governo Lula fez de diferente foi unificá-los no Programa Bolsa Família. Dessa maneira, tal programa se tornou o eixo principal da política social adotada pelo governo, levando a política de assistência social a ocupar um papel de destaque.

Sendo assim, o Programa Bolsa Família, como um programa de transferência de renda, se caracteriza pela transferência monetária como forma de acesso às demais políticas como de Educação e Saúde, pois são determinadas às famílias participantes, uma série de contrapartidas como frequência escolar para as crianças, vacinação e acompanhamento de gestantes. Dessa maneira, tal programa possui uma perspectiva compensatória de combate à pobreza, ou seja, é uma resposta focalizada a sequelas da questão social, desconsiderando, como afirma Filgueiras e Gonçalves (2007), as razões e os mecanismos estruturais, mais profundos, que (re)produzem as desigualdades – associados à estrutura de propriedade e de poder, característicos da sociedade brasileira, bem como à estrutura e dinâmica do modelo de desenvolvimento capitalista em vigor e à política econômica a ele associado.

Dessa maneira os programas de transferência de renda são focalizados, seletivos e compensatórios, visando amenizar os efeitos devastadores da política econômica adotada com desresponsabilização estatal na área social.

[...] a política social focalizada de combate à pobreza nasce e se articula intimamente com as reformas liberais e tem por função compensar, de forma parcial e muito limitada, os estragos socioeconômicos promovidos pelo modelo liberal periférico e suas políticas econômicas – baixo crescimento, pobreza, elevadas taxas de desemprego, baixos rendimentos, enfim, um processo generalizado de precarização do trabalho. Trata-se de uma política social apoiada num conceito de pobreza muito restrito, que reduz o número real de pobres, suas necessidades e o montante de recursos públicos e serem gastos. Ela procura se adequar ao permanente ajuste fiscal que se submetem os países periféricos, por exigência do FMI e do capital financeiro (os “mercados”), para garantir o pagamento das dívidas públicas. Essa política social é a contraface dos superávits fiscais primários. (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007, p.155).

Nesse sentido, os programas sociais focalizados durante o governo Lula assumiram uma proporção jamais presenciada anteriormente. Haja vista, a importância política e social dada ao Programa Bolsa Família.

As discussões sobre esta temática perpassam o que alguns chamam de “crise da sociedade salarial”, tendo a transferência de renda o papel de integrador às políticas sociais de maneira geral. Nossa intenção aqui é realmente identificar a concepção política que rege a noção acerca da transferência de renda na legislação da assistência social brasileira, e o que isso pode acarretar.

A grosso modo, a transferência de renda caracteriza-se por ser um modo de complementar (para quem “não consegue” através do mercado suprir suas “necessidades básicas”) ou cobrir (para quem está fora do mercado formal de trabalho) condições mínimas de vida. Trata-se de uma tentativa de resposta às mudanças no mercado de trabalho, pretendendo reduzir as consequências do ajuste econômico que se iniciou no período anterior, inaugurando o que Vieira (2004) denomina de “política social minimalista”. (Backx, 2008, p.49)

Esse é o entendimento que permeia a discussão de transferência de renda no âmbito da seguridade social brasileira, uma complementariedade mínima de renda para aqueles que não conseguiram seu lugar no mercado. A transferência de renda enquanto estratégia de política social foi a principal forma de ação dos governos progressistas da América Latina.

Todavia, pelo balanço que pretendemos fazer aqui, faz-se necessário observar que estudos recentes apontam que o período entre 2003 e 2010 representa pela primeira vez em décadas uma redução sistemática das taxas de pobreza e de indigência na região e ainda de queda nos índices de concentração de renda. Entretanto, a América Latina e o Caribe continuam sendo uma das regiões mais desiguais do mundo, ficando a frente apenas da África Subsaariana. Um panorama que precisa ser analisado cuidadosamente, levando em conta que esses índices foram impulsionados pela lógica proposta pelo “novo-desenvolvimentismo”, que se apropriou dos Programas de Transferência de Renda Condicionada (PTRC), reconfigurando o campo das políticas sociais nos últimos anos (Silva e Silva et al, 2015). Mota (2016) alerta:

a realidade não aponta possibilidades de êxito nesse processo, apesar de ter havido redução da pobreza. Consta-se na América Latina que mais de 40% de sua população é pobre e entre 15% a 20% são indigentes; as desigualdades sociais aumentaram; porém, o que muda é a criação de outros meios de enfrentamento da pobreza, com políticas de inclusão, por cotas, ou de mínimos sociais. Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal, 2010), no Relatório Programa de Assentamentos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU Habitat), os 20% latino-americanos mais ricos concentram 56,9% da riqueza da região. Os 20% mais pobres, por sua vez, recebem apenas 3,5% da renda, o que faz dessa região uma das mais desiguais do mundo. (MOTA, 2016, p. 6)

Mauro Iasi (2017) ao analisar o balanço feito por Lula de seus dois mandatos, em que o ex-presidente afirma ter feito algo muito importante, ao provar que pouco dinheiro na mão de muitos é distribuição de renda, diz:

O governo de pacto de classes colocou pouco dinheiro na mão de muitos e muito dinheiro na mão de poucos, o que resulta numa concentração de riquezas maior e não menor como se proclama. Os 10% mais ricos, no final dos anos 1990 detinham 53% da riqueza nacional e passaram, em 2012, a concentrar 75,4%, ao mesmo tempo que o combate à miséria absoluta fez com que os 20% mais pobres tenham aumentado sua participação na riqueza nacional de menos de 2% para algo próximo de 4%. (IASI, 2017, p. 259)

Se podemos, apesar das enormes contradições, ver algum avanço em temas de política social, o ano de 2016 marca o início de um novo tempo, o de desmonte acelerado da proteção social brasileira. A ofensiva neoliberal impõe uma nova agenda para o país, possibilitada pelo impeachment da então presidente em segundo mandato, Dilma Rousseff.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após um breve período de ascensão de governos progressistas na América Latina, com um relativo investimento em políticas sociais, ainda que controverso, o processo político em andamento aponta para uma radicalização das direitas, que vão tomando o continente, das mais centristas às mais extremas. Há um crescimento da alternativa capitalista que se promove através do desmonte da proteção social e consequente expansão da acumulação de capital no continente.

A crise internacional de 2008 viria a complicar, ainda que não de imediato, a continuidade desse arranjo, em princípio contraditório, entre política econômica liberal e programas sociais de alto impacto. No início da segunda década deste século, combinaram-se, de um lado, o agravamento da crise dos países emergentes (graças à desaceleração do crescimento estadunidense e, depois, chinês) e, de outro, um conjunto de medidas de política econômica visando enfrentar tal situação que se revelou, afinal, equivocada (Paulani, 2019, p.53).

O marco para essa nova fase de investida do capital sobre os Estados nacionais e suas políticas de proteção social é a crise de 2008, que chega a América Latina com mais força a partir de 2010, alterando a dinâmica “progressista” do continente. Mascaro (2019) argumenta que a crise brasileira, ecoando a crise internacional de 2008, dá-se no ensejo e na aglutinação de contradições e antagonismos variados entre classes, grupos e indivíduos, para os quais os governos Petistas operou sua política de democrática de cooptação. Rapidamente, pleitos por mais direitos em pouco tempo são trocados por abertas assertivas

em favor do fim de muitos dos direitos sociais ou de proteção a minorias. A crise brasileira conduziu ao golpe contra Dilma Rousseff em 2016.

Em face, da crise que explode em 2008, a acumulação de grandes grupos encontrava, no país, um grande mercado a conquistar, caso se vencessem obstáculos parciais petistas às investidas neoliberais e privatistas. A partir de então, desencadeou-se uma renhida luta de classes que resultou na remoção dos governos petistas do poder federal brasileiro (Mascaro, 2018, p. 680)

Assim, com o governo de Michel Temer tem-se início uma série de investidas à proteção social brasileira. Rapidamente se remonta uma proposta de “reformas”, orientadas ao mercado. Os projetos, que pela articulação política de forma clássica do então presidente, contribuíram para aumentar o abismo da desigualdade social brasileiro. Aprovando a reforma trabalhista, a lei da terceirização e a que viria ser a EC 95, cujo objetivo é o congelamento dos gastos do governo federal nos próximos 20 anos. Naquele momento Temer tentou passar uma reforma da previdência, não obtendo sucesso devido à enorme pressão popular.

O fim do ciclo progressista no Brasil, que se encontra na queda do Partido dos Trabalhadores, inaugura uma fase de ataques contundentes contra avanços sociais duramente conquistados nas últimas décadas. Majoração da exploração do trabalho, financeirização da previdência social e privatização são seus marcos imediatos (Mascaro, 2019). Como indica Granemann, “A razão para tão vulgar ataque reside na necessidade dos grandes capitais em operar uma nova partilha do fundo público que lhes permita, simultaneamente, o enfrentamento da crise e a abertura de novos espaços de inversão de seus capitais” (2016, p. 173).

As eleições de 2018 consagraram ainda uma guinada conservadora da política brasileira, com a assunção de Bolsonaro a presidência, assinalando ainda, em termos de política econômica, uma nova onda comandada por frações do capital neoliberal.

A alçada para a governança do capital é a mesma: atenção aos ditos mercados e aos interesses financeiros e rentistas; privatizações; rebaixamento das condições das empresas estatais; perda de graus na soberania econômica; desprestígio aos instrumentos de controle social, trabalhista e ambiental. (Mascaro 2019, p. 29)

O governo Bolsonaro nesses primeiros meses de existência monta uma estratégia de privatizações massivas, ataques as universidades públicas e especialmente coloca a previdência social como alvo. Os debates políticos têm se concentrado na previdência social como grande causadora da crise fiscal brasileira, o que põe como condição, no discurso, uma reforma da mesma para que o país volte a crescer. A proposta altera os Regimes da previdência; aumentando a idade mínima o tempo de contribuição, aposentadoria do

trabalhador rural, condições ao BPC e projeta implementar um regime de capitalização na previdência social brasileira, etc.

O que está em curso é o desmonte definitivo do sistema de proteção social brasileira. Acompanhando de uma brutalidade no trato dos diversos campos que compõem os direitos humanos e sociais, a ver, ainda, o que resta da democracia no Brasil.

REFERÊNCIAS

BEHRING, E. A condição da política social e a agenda da esquerda no Brasil. **Revista SER Social**: Brasília, v. 18, n. 38, p. 13-29, jan.-jun./2016.

FILGUEIRAS, L; GONÇALVES, R. **A Economia Política do Governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

GRANEMANN, S. O desmonte das políticas de seguridade social e os impactos sobre a classe trabalhadora: as estratégias e a resistência. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 19, n. 1, 2016.

IASI, M. **Política, Estado e Ideologia na Trama Conjuntural**. São Paulo: ICP, 2017.

MASCARO, A.L. Dinâmica da Crise e o Golpe: de Temer a Bolsonaro. **Margem Esquerda**, São Paulo: Boitempo, n. 32, 2019.

MOTA, A. E. Crise, Desenvolvimentismo e Tendências das Políticas Sociais no Brasil e na América Latina. **Revista Configurações** [online] 2014. Consultado: 30 setembro 2018. URL: <http://configuracoes.revues.org/1324>

PAULANI, L. M. Bolsonaro, o Ultraliberalismo e a Crise do Capital. **Margem Esquerda**, São Paulo: Boitempo, n. 32, 2019.

PAIVA, B.; ROCHA, M.; CARRARO, D. Política Social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista da Dependência. **Revista SER Social**, Brasília, v. 12, n. 26, p. 147-175, jan. /jun. 2010.

SADER, E. A Nova Toupeira: **Os Caminhos da Esquerda Latino-Americana**. São Paulo: Boitempo, 2009.

SOUZA FILHO, R. **Gestão Pública e Democracia**: A Burocracia em Questão. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2011.

SOUZA FILHO, R. Política Social no Brasil: notas e críticas a partir da Teoria Marxista da Dependência. **Revista Conexões Gerais**. CRESS-MG, nº5, 2014.

SILVA e SILVA, M. O. (coord.). **Programas de Transferência de Renda na América Latina e Caribe**. São Paulo: Cortez, 2014.